

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A TI-PT E A TREINADORES DE PORTUGAL

AS PARTES:

Transparência e Integridade – Associação Cívica, adiante designada por TI-PT, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Av. Professor Aníbal de Bettencourt, nº 9, em Lisboa – Portugal, neste ato representada pelo Dr. João Paulo Batalha, na qualidade de Presidente da Direção;

E

Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores, associação de direito privado, adiante designada por Treinadores de Portugal, com sede na Rua Thomaz de Mello, 2B, em Paço d'Arcos, Oeiras - Portugal, neste ato representada pelo Dr. Pedro Sequeira, na qualidade de Presidente da Direção;

CONSIDERANDO QUE:

- 1) A TI-PT, como membro português da rede global de ONG anticorrupção *Transparency International* e Civil Society Focal Point da *Community of Democracies*, tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, nomeadamente através da realização de campanhas públicas, projetos de investigação, ações de formação e de cooperação com outras organizações governamentais e não-governamentais, com vista à monitorização de esforços das autoridades públicas e privadas nas áreas da governança e do combate à corrupção, bem como na formulação de recomendações de reforma tendentes à melhoria da gestão pública e ao aumento da participação dos cidadãos e das ONG na definição e implementação de políticas públicas que reforcem efetivamente os valores da transparência, da integridade e da responsabilidade;
- 2) A TI-PT é responsável pela execução de um projeto colaborativo internacional financiado pela Comissão Europeia ao abrigo do Programa Erasmus+Sport 2016 (Grant Agreement nº 2016-3228/001-001), intitulado "Anti Match-fixing Top Training (AMATT)", o qual visa desenvolver e implementar um programa de formação promovendo a integridade no Desporto e o combate do fenómeno do Match-Fixing destinado a dirigentes desportivos.
- 3) A Treinadores de Portugal é uma Confederação que congrega 22 Associações de Treinadores de várias modalidades e tem como missão a representação e defesa dos interesses dos treinadores e técnicos de desporto junto dos organismos públicos e privados, quer nacionais, quer internacionais, na promoção e divulgação, coordenação e participação global no processo de formação de técnicos de desporto, e, ainda, na participação, atribuição e certificação dos níveis de formação dos técnicos de desporto.

É celebrado livremente e de boa-fé e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª
(Objeto)

O presente protocolo tem por objeto a colaboração entre a TI-PT e a Treinadores de Portugal no reforço da investigação, conhecimento e intervenção social no domínio da Transparência, Integridade e Boa Governação na área do Desporto.

CLÁUSULA 2ª
(Responsabilidades das partes)

No âmbito do presente protocolo as partes signatárias são responsáveis pelo estabelecimento de ações de cooperação técnico-científica em domínios que forem considerados de interesse mútuo, no contexto das atividades por si desenvolvidas e que se coadunem e contribuam para a prossecução dos seus objetivos e da sua missão

CLÁUSULA 3ª
(Implementação do Protocolo)

1. As Partes acordam em proceder de boa-fé na implementação do Protocolo ora assinado, ambas exercendo os seus direitos e obrigações no âmbito desta parceria de uma forma consistente com a reputação e o bom nome das contrapartes, e respeitando todas as leis e regulamentos aplicáveis.

2. Por acordo das partes, os termos de implementação das diversas ações de cooperação a desenvolver podem implicar a celebração de Termos Adicionais ao presente protocolo, dos quais deve constar:

- a) a descrição do projeto e/ou iniciativa a desenvolver e seus objetivos;
- b) as condições relativas ao financiamento do projeto e/ou iniciativa, nomeadamente os encargos a suportar por cada instituição;
- c) a respetiva duração.

CLÁUSULA 4ª
(Financiamento)

Nos casos aplicáveis, as condições de financiamento de cada tipo de ação desenvolvida no âmbito do presente Protocolo serão estabelecidas e formalizadas nos termos da cláusula anterior.

CLÁUSULA 5ª
(Dever de confidencialidade e divulgação do protocolo)

1. As partes comprometem-se a garantir e fazer respeitar a mais estrita confidencialidade, extensível aos respetivos recursos humanos, assim como subcontratados, auditores e demais colaboradores externos, das informações a que tenham acesso decorrente da colaboração a desenvolver ao abrigo do presente Protocolo, bem assim, a abster-se de as utilizar para quaisquer fins alheios à execução do mesmo ou as divulgar sem o consentimento expresso de ambas as partes, mesmo após o termo do presente Protocolo.

2. Não obstante o dever de confidencialidade previsto no ponto anterior, o presente protocolo é público, podendo qualquer das partes divulgar o seu teor, nos termos e para os efeitos que entenda adequados.

CLÁUSULA 6ª
(Duração e Denúncia)

1. O presente protocolo é válido a partir da data da assinatura por ambas as partes e vigorará por períodos anuais sucessivos enquanto não for denunciado por qualquer das partes.
2. A denúncia deve ser formalizada através de comunicação escrita para o correio eletrónico institucional geral, com a antecedência mínima de 60 dias, sem prejuízo do cumprimento integral das ações que estiverem em curso.
3. A qualquer momento que entendam oportuno e por mútuo acordo, podem as partes rever a presente cláusula ou dar por findo o presente protocolo.

CLÁUSULA 7ª
(Alteração e revisão)

1. O presente Protocolo poderá ser objeto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada por qualquer das entidades signatárias.
2. As propostas referidas no número anterior, devidamente assinadas, serão aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

CLÁUSULA 8ª
(Foro competente)

Todas as questões emergentes do presente Protocolo, caso não seja possível um entendimento prévio, será competente o Tribunal Administrativo.

Para constar, o presente Protocolo é elaborado em duplicado, ficando em poder de cada uma das partes um exemplar devidamente assinado e rubricado.

Lisboa, 9 de abril de 2018

Pela TI-PT

Pela Treinadores de Portugal

Dr. João Paulo Batalha
Presidente da Direção

Dr. Pedro Sequeira
Presidente da Direção